

JORNAL DO PROCURADOR



PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | JUN/JUL 2011 | EDIÇÃO 53

Apesp lança "Argumento" – primeiro programa sobre Advocacia Pública da TV brasileira



EVENTO 1

Seminário congrega advogados públicos municipais, estaduais e federais
página 3

EVENTO 2

Ministros Cármen Lúcia e Dias Toffoli defendem que Advocacia Pública é do Estado e não do Governo
página 4

LEGISLATIVO

PEC 05/2011: pleito histórico em tramitação na Alesp
página 9

Em exibição... ARGUMENTO



A última semana de junho marcou o início das transmissões do programa que a Apesp leva ao ar na TV Justiça.

Com o nome de ARGUMENTO – Advocacia Pública em Ação, o programa é exibido duas vezes por semana (às quartas e sábados), constituindo-se na primeira grande oportunidade da Advocacia Pública, em particular dos procuradores do Estado de São Paulo, apresentarem, num meio de comunicação de massa, o trabalho que prestam à sociedade.

Criada em 2002, a TV Justiça abriga, além da transmissão dos julgamentos do STF, programas de diversos setores da Magistratura nacional, dos Ministérios Públicos estadual e federal e da Defensoria Pública.

Carecia, contudo, esse canal estatal, de um espaço para que a Advocacia Pública se apresentasse e pusesse em discussão temas de interesse geral e próprios da Advocacia de Estado.

O programa ARGUMENTO, protagonizado pela Apesp, veio suprir essa lacuna.

Aquela proposta ousada, quase um sonho de contar com programa na TV Justiça, tornou-se realidade. Com a parceria da TV PUC e o apoio institucional da Eletrobrás, neste primeiro ano a Apesp exhibe ARGUMENTO em entrevistas de

trinta minutos que, ademais de explicitar para os expectadores o trabalho dos procuradores, discute temas jurídicos atuais em debate no Estado brasileiro.

Integrando o capítulo constitucional das funções essenciais à Justiça, a Advocacia Pública, pelas características de suas atividades, é o setor menos visível das carreiras jurídicas de Estado.

Não obstante, competem-lhe atribuições relevantíssimas de controle interno da legalidade, defesa do patrimônio e interesse públicos, e formatação jurídica das políticas públicas desenvolvidas pelos governos.

No momento em que escrevo este texto, seis programas foram ao ar e onze de um total de trinta e seis estão gravados.

Já falamos sobre a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; o trabalho da Assessoria Técnica Legislativa do Governo (que em São Paulo é atividade desenvolvida exclusivamente por procuradores do Estado); de precatórios; de temas institucionais da Advocacia Pública como autonomia e escolha do comando por listra triplíce; do trabalho da consultoria jurídica em Secretarias de Estado e no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; do trabalho da PGE SP nas ações judiciais de medicamentos; da atuação do procurador no setor da fazenda autora; da defesa do meio ambiente; da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; da Advocacia Geral da União; de direitos humanos e Advocacia Pública, enfim, temos procurado apresentar à sociedade um panorama amplo do que é e do que faz a Advocacia Pública em São Paulo e no Brasil.

Nosso objetivo com o programa é tornar mais clara para a população nossa existência, nossas atribuições constitucionais e nossa importância na construção e manutenção de um Estado Democrático de Direito.

Estamos convencidos de que o necessário aprimoramento institucional da Advocacia Pública no país passa pela melhor compreensão do papel desempenhado pelo setor na ordenação eficiente do Estado.

O programa ARGUMENTO, nesse contexto, busca contribuir para a difusão do trabalho da Advocacia Pública, lastreado na crença de que o conhecimento é ferramenta indispensável para o avanço e na certeza de que precisamos avançar.

Márcia Semer é presidente da Apesp.



DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Zelmo Denari

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETORA FINANCEIRA

Cristina de Freitas Cirenza

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Márcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO

Ana Maria Bueno Pirano

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

José Carlos Cabral Granado

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Daniel Carmelo Pagliusi Rodrigues

DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Thiago Luís Sombra

CONSELHO ASSESSOR

José Damião de Lima Trindade

José do Carmo Mendes Junior

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth

Maria Clara Gozzoli

Mary Chekmenian

Sebastião Vilela Staut Jr.

CONSELHO FISCAL

Caio Augusto Limongi Gasparini

Caio César Guzzardi Silva

Norberto Oya

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp, Ricardo Lucas e

Cristiano Tsonis

CAPA

Osiris Santos Jr.

REVISÃO

Francisca Evrard

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.500 exemplares

Acesse a versão *on-line* do JORNAL DO PROCURADOR no site <www.apesp.org.br> Publicação periódica distribuída gratuitamente pela APESP.

Seminário congrega advogados públicos municipais, estaduais e federais

EVENTO QUE DISCUTIU O PRESENTE DA ADVOCACIA PÚBLICA, TRAÇANDO AS SUAS DIRETRIZES PARA O FUTURO, TEVE COMO DESTAQUE A PARTICIPAÇÃO DOS MINISTROS DO STF CÁRMEN LÚCIA E DIAS TOFFOLI

No final de maio, a Apesp promoveu o Seminário “O Presente e o Futuro da Advocacia Pública”, com o objetivo de debater a atual conjuntura da Advocacia Pública brasileira e suas perspectivas para o futuro. O sucesso do evento, promovido em parceria entre a Apesp e a OAB SP, traduz-se pelo número e heterogeneidade dos participantes: 170 advogados públicos das três esferas de Poder – municipais (de todo o Estado de São Paulo), estaduais (de diversas unidades da federa-

ção) e federais. Durante a cerimônia de abertura, a presidente da Apesp Márcia Semer salientou que o “objetivo do Seminário é reunir toda a Advocacia Pública para refletir sobre sua atitude e dar concretude ao conceito de Advocacia Pública. Ademais, buscamos fomentar nos diferentes segmentos da Advocacia Pública uma noção de unidade para o enfrentamento dos problemas comuns”. O presidente Luiz Flávio Borges D’Urso homenageou a iniciativa da Apesp em promo-



D’Urso e Márcia Semer durante a abertura do Seminário.

ver o Seminário: “É fundamental que se possa debater o tema central da Advocacia Pública e outros temas que orbitam no dia a dia de nossos colegas. O evento recebeu apoio total da OAB SP nas pessoas de seu presidente e do procurador do Estado, Jorge Eluf Neto, presidente da Comissão do Advogado Público da Ordem”.

LITIGIOSIDADE

Ministro Adams (AGU), Elival Ramos (PGE SP) e Celso Coccaro (PGM SP) discutem a litigiosidade judicial do Estado

A palestra “Panorama da Advocacia Pública e sua contribuição para a redução da litigiosidade judicial” teve a participação do ministro Luís Inácio Adams, advogado-geral da União, Elival da Silva Ramos, procurador geral do Estado de São Paulo e Celso Coccaro Filho, procurador geral do Município de São Paulo. Presidida pelo diretor de patrimônio da Apesp, José Carlos Cabral Granado, a mesa reuniu chefes de três instâncias da Advocacia Pública. “A União é uma das grandes litigantes. Mas não poderia ser diferente. O Estado brasileiro administra o SUS, o sistema previdenciário, tem que cobrar tributos etc. Dessa forma, o Estado ser demandado judicialmente é natural. O litígio não é uma questão de vontade, mas uma realidade com a qual temos que conviver; 38% de demandas judiciais originam-se do Poder Público e 38% do sistema financeiro. As demandas esparsas formam o restante. Desses 38%, 50% acabam com resultado favorável ao Estado. O que podemos fazer para diminuir a litigiosidade? Fazer com que o brasileiro sinta menos necessidade de recorrer ao Poder Judiciário”, definiu o ministro. Sobre o Seminário, Adams afirmou que “esse encontro é fundamental, pois de fato congrega as diversas Advocacias Públicas do país e retrata a verdadeira dimensão que elas têm para o país. Na verdade, a partir da Constituição Federal de 1988, a Advocacia Pública começou a se pavimentar e, atualmente, encontra-se sedimentada

e consolidada, sendo responsável pela governança dos entes que ela representa”.

Segundo Elival da Silva Ramos, “o Estado de São Paulo tem buscado instrumentos de diminuição da litigiosidade desnecessária. Temos utilizado, por exemplo: a prática da dispensa de recursos; súmulas de orientação normativa; extensão de decisões judiciais; celebração de acordos em precatórios (a iniciativa já economizou mais de R\$ 3 bilhões para os cofres públicos); dispensa de ajuizamento de débitos antieconômicos; atuação na própria base normativa etc.”. Acerca do evento, Elival disse que “existem vários eventos sobre Advocacia Pública, mas com caráter estritamente setorial. As reuniões com essa diversidade ainda são raras. Acho muito oportuno trazer palestrantes que desempenham funções diferentes – algumas com caráter associativo, outras com função de gestão pública. Certamente, é uma experiência muito rica. A sugestão que eu deixo é criar uma periodicidade para eventos desse tipo”.

O procurador geral do Município de São Paulo, Celso Coccaro Filho, lembrou que a procuradoria paulistana é a terceira do país e disse que “na advocacia municipal, a análise da litigiosidade do âmbito dos municípios é muito difícil, devido à diversidade existente”. Ele subdividiu em quatro eixos as medidas que podem ser adotadas para diminuir a litigiosidade: 1) prevenção, com uma advocacia consultiva eficiente; 2) eficiência



Pré-lançamento do Programa Argumento. Leia mais nas páginas 6, 7 e 8. Da esquerda para a direita: Julio Wainer, diretor da TV PUC; deputado Fernando Capez, Jorge Eluf, presidente da Comissão do Advogado Público da OAB SP; Daniel Pagliusi, diretor de comunicações da Apesp; Miguel Colassuono, diretor de administração da Eletrobras e ex-prefeito de São Paulo; Márcia Semer, presidente da Apesp.

administrativa: cobrança da dívida ativa; realização de penhora *online*; cadastramento de leiloeiros; informatização etc.; 3) conciliação: atuação em juizados especiais, observados os limites de atuação do procurador; desapropriações amigáveis; regularização fundiária com medidas de assentamento; acordos com precatórios etc.; 4) segurança: análise de textos normativos; súmulas administrativas; dispensa de recursos etc. Para Coccaro, é necessário repensar a “definição do que seja litigiosidade. Há uma tendência de defini-la como o número de processos. Esse é apenas um dos indicativos, mas não pode ser o único parâmetro. A pergunta tem que ser: qual a causa da litigiosidade?”

Ministros Cármen Lúcia e Dias Toffoli defendem que Advocacia Pública é do Estado e não do Governo

O Seminário “O Presente e o Futuro da Advocacia Pública” teve a participação dos ministros do STF, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. A palestra “Considerações sobre a Advocacia Pública e a perspectiva do Poder Judiciário” foi presidida pelo diretor de assuntos parlamentares da Apesp, Thiago Sombra, e contou também com a presidente Márcia Semer e o presidente da Comissão do Advogado Público da OAB SP Jorge Eluf. “Sinto-me em casa, pois fui muito feliz como procuradora do Estado. O meu agradecimento não é retórico, mas sim verdadeiro”, afirmou Cármen Lúcia. Segundo a ministra, “o cargo de procurador, a partir da Constituição de 1988, cresceu muito. Atualmente, há uma idéia de que na estrutura estatal essa figura é imprescindível. Quando falamos de advocacia do Estado precisamos tratar com governadores que entendam que a Advocacia Pública é estatal e não governamental. Isso é um construir. Acho que já melhorou muito, mas ainda não atingimos o ideal. (...) Somos concursados para que possamos dizer não. É por isso que defendo que os procuradores e os procuradores gerais precisam ser de carreira e ter uma atuação exclusiva. O procurador geral tem que poder dizer não ao governador e também deve ser integrante da carreira (...) As PGEs são responsáveis pela preservação do patrimônio do povo, porém os procuradores do Estado ainda não conseguiram falar isso para a sociedade. (...)”

“Advogados públicos devem se afirmar como advogados do Estado e não como advogados de Governo” – Ministro Dias Toffoli

“As Procuradorias do Estado fazem que o patrimônio do povo seja realmente resguardado” – Ministra Cármen Lúcia

“Procuradoria Geral é Procuradoria Geral do Estado e não do Poder Executivo” – Ministro Dias Toffoli

“Participamos de uma federação, de um Estado em construção, em formação. Quando estive à frente da Advocacia Pública, procurei ressaltar que a Advocacia Pública, assim como o Ministério Público e a Defensoria não são órgãos subordinados ao Poder Executivo, porque estão no capítulo IV, da Constituição Federal de 1988, no capítulo das funções essenciais à Justiça” – Ministro Dias Toffoli

“Quem diz o que é a lei no Executivo é a Advocacia Pública” – Ministra Cármen Lúcia

Sou contra a terceirização da Advocacia Pública. Fui contra quando ocorreu uma proposta para terceirizar a cobrança da dívida ativa para bancos privados (...) Se as procuradorias forem bem equipadas poderão ter uma atuação no mesmo nível dos advogados privados. Os procuradores fazem concursos difíceis, nos quais são escolhidos os melhores profissionais (...) Estamos vivendo um período de grandes desafios, pois estamos em um momento de grandes mudanças. Temos outro Estado e outro modelo a ser vivido. Isso envolve também a magistratura e as Procuradorias. O acesso ao Poder Judiciário está muito maior. Além disso, o Judiciário se abriu por meio de instâncias da própria sociedade. Essas mudanças beneficiarão as advocacias públicas e também os entes federados (...) As procuradorias precisam se voltar para uma nova advocacia. Não só para uma advocacia de litígio, mas uma advocacia de conciliação (...) Talvez consigamos compartilhar, por meio do Colégio Nacional dos Procuradores Gerais, o que já foi sumulado nas Procuradorias do Brasil (...) Sei que há muitas dificuldades. Porém, mais dificuldades vivem os jurisdicionados que não recebem o que tanto precisam no tempo certo”.

Para o ministro Dias Toffoli, o limite do não ao governante é a possibilidade de afronta a alguma cláusula pétrea da Constituição. Os demais casos podem ser solucionados por meio da aprovação de um projeto de lei. “Nós parti-



Ministro Dias Toffoli.



Da esquerda para direita: presidente da APESP, Márcia Semer e ministra Cármen Lúcia.

cipamos de um Estado em formação. A Constituição brasileira de 1988 representa um grande avanço, na medida que criou as carreiras essenciais à Justiça. Quando estive à frente da AGU, fiz questão de destacar que a Advocacia Pública, o Ministério Público e a Defensoria Pública não estão subordinados ao Poder Executivo”. Toffoli lembrou que, já na função de ministro, recebeu um mandado de segurança impetrado pelo TJ SP, que tinha representação de um advogado particular. Nesse caso, o ministro solicitou que se retomasse a representação constitucional do tribunal por um procurador de Estado. “Defendi quando estava na AGU que o advogado público não pode ser sindicado, a não ser quando existe má-fé. Quando você começa a criminalizar a Advocacia Pública, cria-se a burocracia do ‘não’ (...) Não podemos vestir a carapuça de que a Advocacia Pública cria o ‘custo Brasil’. Na verdade, criamos o ‘valor Brasil’. Nesse sentido é que eu digo que a Advocacia Pública é um grande valor da nação brasileira. (...) Quando eu assumi o cargo de advogado-geral da União, a AGU era desconhecida. As pessoas não sabiam o que era a sigla. Comecei a divulgar a AGU para os diversos setores da sociedade civil (...) A cultura do litígio tem que ser superada, pois na maioria das vezes o Poder Judiciário não tem condições de solucioná-lo. O Judiciário é binário. É sim ou não. Não se resolve o problema. A Advocacia Pública precisa investir na conciliação”.

Autonomia e controle da legalidade são temas da 2ª palestra

Sob a presidência de Marcos da Costa, vice-presidente da OAB SP, as palestras “**Autonomia e controle da legalidade: o papel da Advocacia Pública**” e “**Ética e prerrogativas do advogado público – a questão dos honorários advocatícios**” foram unidas. A mesa foi composta também pela diretora financeira da Apesp, Cristina Cirenza, e pela procuradora do Estado de São Paulo Regina Celi Pedrotti Vespero Fernandes. Para Márcia Machado Melare, secretária geral adjunta da OAB Federal, representando o presidente Ophir Cavalcante, é necessário bem cuidar do patrimônio público para que os governantes possam implantar as políticas públicas. Melare mencionou que a Administração conta com advogados públicos em todas as suas instâncias “que devem velar pelo princípio da legalidade, que se contrapõe a qualquer tendência de ação personalista dos governantes”. A secretária geral adjunta da OAB afirmou ainda que os desmandos e desvios, ainda tão presentes no Estado, só terminarão com uma mudança “de cultura, que só será possível com a renovação de valores da sociedade, com liberdade de imprensa e com atividades de entidades como a OAB e da Advocacia Pública”. Segundo Melare, a OAB Federal defende o direito aos honorários de

sucumbência para os advogados públicos e a aprovação das PECs 443 e 452. Fernando Cesar Caurim Zanele, 1º vice-presidente da Anape, afirmou que “os procuradores do Estado são vetores de políticas públicas. Quantas obras são finalizadas depois da interferência dos procuradores do Estado? Quanto se economiza aos cofres públicos? Não há maior cliente do que o Estado. Todos os milhões de habitantes do Brasil são potenciais demandantes contra o Estado. Por isso, um Estado sem defesa é um Estado marginalizado. Um Estado que não pode prover as políticas públicas tão necessárias para a sociedade. É fato que as PGEs têm superado a falta de estrutura adequada para atender às demandas. Daí a importância da autonomia administrativa, financeira e funcional, bem como a possibilidade de iniciativa de lei. (...) A Advocacia Pública preventiva não é burocracia, mas sim probidade administrativa. O procurador do Estado tem que atuar como um vetor da gestão pública. Temos o dever de desempenhar o efetivo controle da legalidade prévio. Tal controle pode ser a saída para a diminuição da litigiosidade. (...) O controle prévio efetivo necessita de uma blindagem. Para isso é necessária autonomia financeira”. Por fim, conclamou todos a apoiarem as PECs 82/2007 e

442/2009, que reorganizam a Advocacia Pública e concedem autonomia às Procuradorias. “Os procuradores de Estado não querem ser temidos. Eles só almejam ser respeitados”, finalizou.

Para Luis Carlos Rodriguez Palacios Costa, diretor geral da Unafe, só se pode “falar em liberdade de atuação dentro de um nicho específico de competência. Assim, as atividades privativas dos advogados públicos devem ser respeitadas, ou seja, elas não podem ser usurpadas por terceiros, o que representaria a aniquilação total da autonomia e independência que ora se busca afirmar, fato bastante preocupante, em especial para um órgão que tem a missão de desempenhar função de Estado considerada essencial pela nossa Lei Maior. (...) Assim, é fundamental que os advogados públicos gozem de parcelas mínimas de autonomia e independência, pois só assim terão condições de contribuir efetivamente para a consecução dos anseios maiores do Estado Democrático e Social de Direito. E os advogados públicos concursados, na medida que são profissionais sérios, responsáveis, qualificados e altamente comprometidos com a coisa pública, saberão seguramente se valer da sua liberdade de atuação para realizarem o bem de forma ampla, justa e irrestrita”.

Deputado Capez defende atuação da Frente Parlamentar



Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública participa do Seminário.

Presidida pela diretora social e cultural da Apesp Márcia Zanotti, foi realizada a palestra “**A pauta das Frentes Parlamentares em Defesa da Advocacia Pública na Assembleia de São Paulo e no Congresso Nacional**”, com o deputado estadual Fernando Capez (PSDB/SP). Compuseram ainda a mesa a presidente da Apesp, Márcia Semer, a secretária geral, Shirley Tomé, a procuradora do Estado de São Paulo e vice-presidente da Comissão do Advogado Público da OAB/SP, Anna Carla Agazzi, e Jorge Eluf, procurador do Estado de São Paulo. “Mantemos uma atuação muito sincronizada com a Procuradoria Geral do

Estado. Necessitamos de uma Advocacia Pública independente, que atue em prol da responsabilidade que deve nortear a atuação dos gestores públicos. Os advogados públicos devem ter independência para decidir as suas estratégias. Na Constituição, a Advocacia Pública não está nem no capítulo do Executivo, nem do Legislativo e nem do Judiciário. A Advocacia Pública tem o seu próprio capítulo, que é destinado às carreiras essenciais à Justiça”, afirmou Capez. Nesse sentido, o deputado acredita que a Advocacia Pública deve alcançar o mesmo *status* constitucional. Para isso, “é fundamental que a PGE tenha autonomia para a escolha dos seus dirigentes, por meio de uma lista tríplice, composta por integrantes da carreira e submetida ao governador”. O parlamentar afirmou que a autonomia deve ser também financeira. Dessa forma, será possível investir na estrutura necessária para a PGE: criação de uma carreira de apoio, contratação de estagiários etc. “Precisamos tornar a Frente Parlamentar um canal de pressão política para alcançar esses pleitos. Trago a notícia de que a Frente Parlamentar veio para ficar”.



FIQUE ATENTO

PROGRAMA ARGUMENTO É LANÇADO DURANTE O SEMINÁRIO

A Apesp realizou, durante o Seminário “O Presente e o Futuro da Advocacia Pública”, o pré-lançamento do programa “Argumento – Advocacia Pública em Ação”. Assista ao vídeo promocional no site www.apesp.org.br e leia reportagem nas páginas 6, 7 e 8.

Apesp lança "Argumento" – primeiro programa sobre Advocacia Pública da TV brasileira

Em junho, estreou na TV Justiça o programa “**Argumento – Advocacia Pública em Ação**”. Uma realização da Apesp – em parceria com a TV PUC SP –, o “Argumento” tem um formato de entrevistas com 30 minutos de duração, quando os convidados podem conversar sobre temas de interesse da Advocacia Pública. O convidado para o primeiro “bate-papo” foi o procurador geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos (leia o texto “Por trás das câmeras”). A produção vai ao ar semanalmente (veja grade de programação na página 7) e a apresentação é da presidente da Apesp **Márcia Semer**: “É um programa de utilidade pública. Que visa mostrar à sociedade as atividades desenvolvidas pela Advocacia Pública e, com isso, prestar contas ao povo brasileiro do trabalho por nós desempenhado na defesa dos interesses e patrimônio públicos”, define. Para o diretor de comunicações da Apesp **Daniel Pagliusi**, o momento é histórico não só para a Apesp e a PGE SP, mas também para toda a Advocacia Pública: “É o primeiro programa sobre o tema na TV brasileira. Queremos ser reconhecidos como os garantes da legalidade pública e, dessa forma, precisamos ser conhecidos. O programa veiculado na TV Justiça cumprirá certamente esse papel”. O vice-presidente da República **Michel Temer** parabenizou “a Apesp pela iniciativa de levar a todos o programa ‘Argumento’. É extremamente relevante a divulgação da atividade dos advogados públicos, com o intuito de esclarecer a sociedade sobre as particularidades da carreira jurídica”. O apoio de Temer à empreitada foi fundamental (leia o texto “Patrocínio: Eletrobras apoia projeto”).

O diretor do programa, **Eduardo Ramos**, acredita que “o processo de democratização dos meios de comunicação passa necessariamente pela vontade de pessoas e organizações de trocarem suas idéias, dúvidas e certezas com a sociedade toda. Sair da toca. Mas muitos setores importantes ainda vacilam na hora de compartilhar suas experiências pela TV. Temem a exposição e, por que não, a própria democracia. Uma iniciativa como essa da Apesp é uma nova

trincheira nesse sentido: importante, audaciosa e pioneira. Lógico que é uma honra, tanto para mim quanto para a TV PUC, participar desse projeto. Argumento, acredito, é apenas o início de uma parceria”. Ramos é diretor e roteirista de cinema e televisão. Com trabalhos importantes em diversos campos da imagem, como a publicidade, o curta-metragem, a TV de entretenimento e o jornalismo, descobriu sua “vocaçãõ” na criação e realização de programas e documentários alternativos dentro da programação tradicional da TV, seguindo o eixo educação, sociedade e cultura. Entre os programas que já dirigiu (ou dirige), estão “Diálogos Impertinentes” – o primeiro programa realizado dentro de uma Universidade (PUC SP), com apresentação do professor Mário Sérgio Cortella – e “Diversidade” – programa de forte cunho social produzido pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que já foi premiado em Gramado e está no seu 12º ano de produção. Para o professor **Julio Wainer**, diretor-geral da TV PUC, “a série produzida pela Associação reflete a filosofia de que todas as categorias profissionais com interface com o interesse público podem e devem ter seu programa de TV. Mais do que qualquer categoria, os procuradores representam o interesse de Estado, e a discussão de sua atividade na complexa sociedade contemporânea brasileira chega no momento certo”.

Segundo o ministro do STF **Dias Toffoli**, a importância do “Argumento” será “mostrar que Advocacia Pública não é inimiga do cidadão. Quando se defende o erário das ações que são provocadas por particulares ou grupos econômicos, é o dinheiro de todos nós que deixa de sair de um conjunto maior de cidadãos para um conjunto menor de apenas um interessado. O advogado do Estado é o advogado de todos e não apenas de alguns”. **Cármen Lúcia**, ministra do STF, afirmou que todas as iniciativas que proporcionem às instituições que “saíam dos seus muros” e criem uma interlocução com a sociedade são muito salutares e reforçam os preceitos democráticos do país.

REPERCUSSÕES

“A iniciativa é muito relevante pelo fato de que a Advocacia Pública tem certo desconhecimento da comunidade extrajurídica. Então, ao atingir esse grande público será possível fazer um esclarecimento da importância de nossa atuação e buscar o apoio da opinião pública para os nossos pleitos. Um programa de vanguarda e, certamente, muito bem feito – como tudo que a Apesp faz – dará um resultado rápido. Precisamos do apoio da sociedade civil organizada e também do cidadão comum, que precisa entender que uma Advocacia Pública forte, com controle preventivo de legalidade, desafogará o Judiciário e criará mecanismos de celeridade para todos os cidadãos brasileiros”, **Fernando Cesar Caurim Zanele**, 1º vice presidente da Anape.

“Achei extraordinária essa iniciativa. Quando temos as instituições, buscando mecanismos de comunicação para falar, não só aos seus, mas para todas a sociedade, isto eleva a condição de cidadania. Certamente, será uma empreitada de muito sucesso”, **Luiz Flávio Borges D’Urso**, presidente da OAB SP.

“O programa que a Apesp está lançando é uma iniciativa muito importante, pois ocupa espaço na mídia colocando os temas da Advocacia Pública na perspectiva da sociedade. A associação paulista está de parabéns”, **Luís Inácio Adams**, advogado geral da União.

“A iniciativa da Apesp em buscar a TV Justiça para esclarecer a população como atua a Advocacia Pública na esfera federal, estadual e municipal – que é a instância mais próxima da população – é fundamental”, **Celso Coccaro Filho**, procurador geral do Município de São Paulo.

“A comunicação moderna se faz basicamente pelo rádio, TV e internet. A TV Justiça tem tradição em apresentar programas da área jurídica. Da minha parte, foi extremamente prazeroso participar da primeira gravação e ser entrevistado pela colega Márcia Semer. Foi possível tratar os temas da Advocacia Pública de uma forma que o cidadão comum possa bem compreender”, **Elival da Silva Ramos**, procurador geral do Estado de São Paulo.

“O programa é uma importante medida, pois a sociedade em geral não conhece a Advocacia Pública. Em muitas ocasiões, há uma confusão com outras instituições da Justiça. Dessa forma, é mais um espaço que a Apesp conquista para dar publicidade à coletividade da atuação da Advocacia Pública. Isso é fundamental para que consigamos alcançar nossos objetivos”, **Luís Carlos Rodriguez Palacios Costa**, diretor geral da Unafe.

“Temos que parabenizar a Apesp por ter firmado essa parceria com a TV PUC SP. O programa vai permitir – por meios de debates e discussões – que o público em geral conheça melhor o trabalho da Procuradoria e os temas relevantes relacionados à carreira. Desejo muita sorte ao programa!”, **deputado estadual Fernando Capez (PSDB/SP)**, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública da Alesp.

Eletrobras apoia projeto

O programa “Argumento” conta com o patrocínio da Eletrobras. O diretor de administração da estatal e ex-prefeito de São Paulo, Miguel Colasuonno, participou do pré-lançamento, realizado durante o Seminário sobre Advocacia Pública, representando a Eletrobras e o vice-presidente da República, Michel Temer. Na ocasião, pôde assistir a vinheta de divulgação do programa e comentar sobre a parceria da Eletrobras no projeto. Registrou que o patrocínio concedido foi uma solicitação “expressa do vice-presidente Michel Temer. Estamos orgulhosos de estar nesse projeto, que terá como

qualidade principal divulgar para a comunidade em geral o empenho de nossos procuradores”. A presidente Márcia Semer agradeceu ao vice-presidente Michel Temer “pelo apoio na concretização desse projeto, ressaltando a importância da divulgação para a sociedade do serviço público prestado pela Advocacia do Estado – uma instituição imprescindível ao bom funcionamento do Estado Democrático de Direito, que se pauta pela legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade de seus atos”.



Eletrobras



AGENDA

Conheça a grade de programação na TV Justiça

Sintonia: Digital (canal 64); Net São Paulo (canal 6); TVA (canal 184).

Horários: programa inédito aos sábados, às 12h; reprise – quarta-feira, às 10h.

AGOSTO		
Dia	Hora	Reprise
20	12h	no dia 24, às 10h
27	12h	no dia 31, às 10h
SETEMBRO		
Dia	Hora	Reprise
3	12h	no dia 7, às 10h
10	12h	no dia 14, às 10h
17	12h	no dia 21, às 10h
24	12h	no dia 28, às 10h
OUTUBRO		
Dia	Hora	Reprise
1º	12h	no dia 5, às 10h
8	12h	no dia 12, às 10h
15	12h	no dia 19, às 10h
22	12h	no dia 26, às 10h
29	12h	no dia 2/11, às 10h
NOVEMBRO		
Dia	Hora	Reprise
5	12h	no dia 9, às 10h
12	12h	no dia 16, às 10h
19	12h	no dia 23, às 10h
26	12h	no dia 30, às 10h
DEZEMBRO		
Dia	Hora	Reprise
3	12h	no dia 7, às 10h
10	12h	no dia 14, às 10h
17	12h	no dia 21, às 10h
24	12h	no dia 28, às 10h
31	12h	no dia 4/01/2012, às 10h

* Após a estréia, o programa foi veiculado também nos dias 6, 13, 20 e 27 de julho; 3 e 10 de agosto.

** As grades de programação foram fornecidas pelas emissoras. Possíveis alterações serão comunicadas aos associados.



Conheça a grade de programação no Canal Universitário de São Paulo (CNU)

Sintonia: Net São Paulo (canal 11); TVA (canal 71); TVA Digital (canal 187). Horários: programa inédito – toda sexta-feira, às 20h; reprises – quarta-feira, às 3h, e quinta-feira, às 8h.

AGOSTO		
Dia	Hora	Reprise
19	20h	nos dias 24, às 3h, e 25, às 8h
26	20h	nos dias 31, às 3h, e 1º/09, às 8h
SETEMBRO		
Dia	Hora	Reprise
2	20h	nos dias 7, às 3h, e 8, às 8h
9	20h	nos dias 14, às 3h, e 15, às 8h
16	20h	nos dias 21, às 3h, e 22, às 8h
23	20h	nos dias 28, às 3h, e 29, às 8h
30	20h	nos dias 5/10, às 3h, e 6/10, às 8h
OUTUBRO		
Dia	Hora	Reprise
7	20h	nos dias 12, às 3h, e 13, às 8h
14	20h	nos dias 19, às 3h, e 20, às 8h
21	20h	nos dias 26, às 3h, e 27, às 8h
28	20h	nos dias 2/11, às 3h, e 3/11, às 8h
NOVEMBRO		
Dia	Hora	Reprise
4	20h	nos dias 9, às 3h, e 10, às 8h
11	20h	nos dias 16, às 3h, e 17, às 8h
18	20h	nos dias 23, às 3h, e 24, às 8h
25	20h	nos dias 30, às 3h, e 1º/12, às 8h
DEZEMBRO		
Dia	Hora	Reprise
2	20h	nos dias 7, às 3h, e 8, às 8h
9	20h	nos dias 14, às 3h, e 15, às 8h
16	20h	nos dias 21, às 3h, e 22, às 8h
23	20h	nos dias 28, às 3h, e 29, às 8h
30	20h	nos dias 4/01/12, às 3h, e 5/01/12, às 8h

POR TRÁS DAS CÂMERAS

No primeiro dia de gravação, muita descontração e profissionalismo

No primeiro dia de gravação do programa “Argumento”, os convidados foram a colega Márcia Machado, procuradora chefe da Assessoria Técnico Legislativa – ATL, que abordou o tema assessoria legislativa; Jorge Eluf, procurador do Estado no Tribunal de Contas e presidente da Comissão do Advogado Público da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, que tratou dos pleitos institucionais da Advocacia Pública; e o procurador geral do Estado de São Paulo, Elival da Silva Ramos, com uma conversa sobre a Advocacia Pública do Estado. Em clima muito agradável e descontraído, apresentadora e entrevistados puderam abordar temas variados e relevantes para a Advocacia Pública, com uma linguagem acessível a toda a população. Veja a galeria de imagens:

O colega Jorge Eluf participa do programa.



Márcia Semer entrevista o procurador geral Elival da Silva Ramos.

ATENÇÃO: tanto a íntegra dos vídeos dos programas quanto o *teaser* promocional estão disponíveis no site www.apesp.org.br



Cenário do programa “Argumento”.



O diretor Edu Ramos dá orientações durante a entrevista com a colega Márcia Machado.

SAIBA MAIS!

O segundo dia de gravações contou com a presença da procuradora do Estado de São Paulo Fernanda Ribeiro de Mattos Luccas, que abordou o tema dos precatórios; o procurador do Estado de São Paulo, ex-procurador geral do Estado e ex-diretor da ESPGE Márcio Sotelo Felipe, que tratou do tema direitos humanos; o procurador geral do Município de São Paulo Celso Augusto Coccaro Filho, com o assunto Advocacia Pública do Município; e o procurador do Estado Luiz Duarte, chefe da PJ8, que falou sobre a questão das ações judiciais envolvendo medicamentos.

RÁDIO

Comunicação de amplo alcance começou no rádio

Em 2010, a Apesp deu início ao investimento em mídias de amplo alcance. A veiculação das vinhetas “Minuto Apesp” na rádio CBN teve a intenção de explicar, com uma linguagem acessível e direta, de que forma a atuação dos procuradores do Estado gera benefícios diretos ao povo paulista.

Foram ao todo 67 inserções transmitidas – de segunda a sexta – em dois períodos: entre 12h e 14h, durante o programa “CBN Brasil”, com apresentação de Carlos Sardenberg; e entre 17h e 19h, durante o programa “Jornal da CBN 2ª Edição”, com apresentação de Roberto Nonato.

A divulgação atingiu 39 municípios na Grande São Paulo (19, 9 milhões de habitantes), 43 municípios na Região de Campinas (4, 7 milhões de habitantes) e 7 municípios na Região de Mogi Mirim (400 mil habitantes). Além disso, a Rádio CBN detém a maior audiência no segmento de notícias (Fonte: Ibope).

A íntegra do texto e o áudio das vinhetas do “Minuto Apesp” – veiculadas pela Rádio CBN – estão disponíveis no site www.apesp.org.br (a entrada está localizada no menu esquerdo da *home page*).

PEC 05/2011: pleito histórico em tramitação na Alesp

Iniciativa propõe o estabelecimento de mandato e a escolha do procurador geral do Estado por meio de lista tríplice

No final de maio, o histórico pleito dos procuradores paulistas pela autonomia da PGE tornou-se mais factível. O deputado estadual Campos Machado, líder do PTB na Assembleia Legislativa de São Paulo, apresentou a PEC 05/2011, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 100 da Constituição do Estado, propondo que o “procurador geral do Estado será escolhido pelo governador, em lista tríplice, dentre integrantes da carreira, com, no mínimo, 10 (dez) anos de exercício, e nomeado para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução” (leia ao lado a justificativa e a íntegra da PEC 05/2011). “A apresentação dessa PEC é um grande marco para a PGE e nos causa grande satisfação. A sua aprovação trará um avanço institucional sem paralelo na história da Procuradoria paulista”, salienta a presidente da Apesp, Márcia Semer. De pronto, a diretoria da Associação adotou a aprovação da proposta como uma de suas prioridades, realizan-

do visitas a diversos gabinetes de parlamentares. A proposta é subscrita por 31 deputados da base governista, mas conta também com o apoio da oposição. Consultado pela reportagem do JP, o líder do PT na Alesp – partido com a maior bancada na Casa, com 24 deputados – Ênio Tatto colocou os parlamentares petistas à disposição para agilizar a tramitação da proposta e para aprová-la. Ademais, o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública na Alesp, deputado Fernando Capez, afirmou que “a Frente pretende convidar os líderes dos partidos da Assembleia Legislativa para discutirem essa questão e obter o seu compromisso para colocar a PEC em votação o mais rápido possível.”

Tramitação: até o fechamento desta edição, a PEC encontrava-se na Comissão de Constituição e Justiça e Redação, aguardando a designação de um relator especial.

CONHEÇA OS SUBSCRITORES DA EMENDA E ENVIE SUA MENSAGEM DE AGRADECIMENTO E INCENTIVO!

Participe dessa conquista que será de todos nós!

Campos Machado (autor) (PTB): cmachado@al.sp.gov.br
Afonso Lobato (PV): padreafonso@al.sp.gov.br
Alex Manente (PPS): alexmanente@al.sp.gov.br
André Soares (DEM): asoares@al.sp.gov.br
Antonio Salim Curiati (PP): scuriati@al.sp.gov.br
Ary Fossen (PSDB): afossen@al.sp.gov.br
Baleia Rossi (PMDB): baleiarossi@al.sp.gov.br
Carlão Pignatari (PSDB): carlaopignatari@al.sp.gov.br
Carlos Cezar (PSC): carloscezar@al.sp.gov.br
Celino Cardoso (PSDB): ccardoso@al.sp.gov.br
Celso Giglio (PSDB): cgiglio@al.sp.gov.br
Ed Thomas (PSB): edthomas@al.sp.gov.br
Edmir Chedid (DEM): echedid@al.sp.gov.br
Estevam Galvão (DEM): egalvao@al.sp.gov.br
Fernando Capez (PSDB): fcapez@al.sp.gov.br
Gil Arantes (DEM): garant@al.sp.gov.br

Gilson de Souza (DEM): deputadogilson@al.sp.gov.br
Heroilma Soares (PTB): heroilmastavares@al.sp.gov.br
Itamar Borges (PMDB): itamarborges@al.sp.gov.br
João Caraméz (PSDB): jcaramez@al.sp.gov.br
Jooji Hato (PMDB): hato@al.sp.gov.br
Jorge Caruso (PMDB): jcaruso@al.sp.gov.br
Marcos Neves (PSC): marcosneves@al.sp.gov.br
Milton Leite Filho (DEM): mleite@al.sp.gov.br
Olímpio Gomes (PDT): molimpio@al.sp.gov.br
Orlando Bolçone (PSB): orlandobolcone@al.sp.gov.br
Regina Gonçalves (PV): reginagoncalves@al.sp.gov.br
Roberto Massafera (PSDB): rmassafera@al.sp.gov.br
Roberto Morais (PPS): rmorais@al.sp.gov.br
Rogério Nogueira (PDT): rnogueira@al.sp.gov.br
Roque Barbieri (PTB): rbarbieri@al.sp.gov.br
Ulysses Tassinari (PV): ulysses@al.sp.gov.br

SAIBA MAIS

Conheça a íntegra da PEC 05/2011 e a sua justificativa

PROPOSTA DE EMENDA Nº 5, DE 2011, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do § 3º, do artigo 22, da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º – O parágrafo único do artigo 100 da Constituição do Estado, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 100 – ...

“Parágrafo único – O Procurador Geral do Estado será escolhido pelo Governador, em lista tríplice, dentre integrantes da carreira, com, no mínimo, 10 (dez) anos de exercício, e nomeado para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.”

Artigo 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

“A formulação da presente proposta de emenda à Constituição do Estado procura estabelecer isonomia e similitude com as demais carreiras jurídicas do Estado, no que se refere à escolha e requisitos para o provimento do mais alto cargo dentro da carreira.

A título de exemplo, o Procurador Geral de Justiça, Chefe do Ministério Público, conforme preceitua o inciso II do artigo 94 da CE, é escolhido em lista tríplice dentre integrantes da carreira, para um mandato de 2 anos, permitida uma recondução. Da mesma forma é a escolha do Procurador Geral da República, nos termos do § 1º do artigo 128 da Constituição Federal, somado ao fato de que o escolhido pelo Chefe do Poder Executivo deverá ter o seu nome aprovado pelo Senado Federal.

Ainda no âmbito do Estado, o Defensor Público Geral do Estado é escolhido dentre integrantes da carreira, em lista tríplice, condicionando-o a estar, no mínimo, oito anos no cargo de Defensor Público, com mandato fixo de dois anos, permitida uma recondução. Da mesma forma, o Defensor Público Geral da União tem idêntico processo de escolha e período de mandato, com seu nome precedido de aprovação pelo Senado Federal.

Quanto ao Advogado Geral da União, este é escolhido pelo Presidente da República dentre todo e qualquer cidadão maior de 35 anos, com notável saber jurídico e reputação ilibada, não sendo integrante de carreira.

Assim sendo, ao propugnar alteração do processo de escolha do Procurador Geral do Estado, na Constituição, buscamos o fortalecimento institucional da Procuradoria do Estado, especialmente a sua relação com o Governo e seus órgãos, além de uma plena autonomia nas decisões de suas atividades.”

Tarde Musical: um encontro ao som de violão e poesia



A Apesp tem recepcionado em sua sede administrativa (Rua Líbero Badaró, n. 377, 9º andar, Centro) a “Tarde Musical”. O evento, nascido espontaneamente entre os associados aposentados, tem sido uma maneira agradável dos colegas se reunirem, com o objetivo conversar, tocar violão e declamar poesias. Durante o encontro, realizado no mês de junho, o ex-presidente da Apesp, Raymundo Farias, de Oliveira teve a oportunidade de fazer um relato histórico e emocionado: “Durante o Congresso Nacional de Procuradores do Estado, realizado em Recife, há 36 anos, toquei no violão a música ‘Estrela D’Alva’. Amigos procuradores de todo o Brasil entoaram comigo a canção. A noite estava muito agradável. Algum tempo depois, na condição de



presidente da Apesp, tive a honra de receber em visita alguns procuradores do Estado do Ceará. Na oportunidade, os colegas cearenses homenagearam a Apesp, apresentando-a com um violão. No instrumento, continha os seguintes dizeres: à Apesp, na pessoa do ‘cabeça-chata’ Raymundo Farias de Oliveira, uma homenagem dos procuradores do Estado do Ceará – Rui Firmeza e Otaviano Feitosa. O violão esteve em outros lugares, ficando uma temporada em Moema (Espaço Apesp). Mas hoje estou aqui, emocionado, tocando-o novamente e podendo prestar este depoimento”.

Participe e demonstre suas habilidades artísticas ou simplesmente desfrute desses alegres e emocionantes momentos!

PROGRAME-SE

Cada vez com um maior número de adeptos, a “Tarde Musical” é realizada nas segundas quintas-feiras de cada mês. Maiores informações no telefone (11) 3293-0800, com Fernanda ou Marlene.

Apesp dá continuidade às visitas monitoradas

As visitas monitoradas continuam a fazer muito sucesso entre os associados – especialmente com os colegas aposentados. No último bimestre, a Apesp realizou três passeios, e em todas as oportunidades o número de participantes foi muito significativo. Em 1º de junho, foi a vez de conhecer o *glamour* da monarquia, com o passeio à exposição “Os Anos Grace Kelly Princesa de Mônaco”, que ficou em cartaz no Museu de Arte Brasileira da FAAP até meados de julho. “Com curadoria de Frédéric Mitterrand, atual ministro da Cultura da França, a mostra, originalmente criada em 2007 pelo Grimaldi Forum, reúne cerca de 900 objetos que revisitam a vida da diva que conquistou Hollywood, o Principado de Mônaco e a realeza monegasca. Entre eles, fotografias, filmes, vestidos, jóias, acessórios, quadros, cartas que escrevia e recebia de amigos como a rainha Elizabeth, Greta Garbo, Frank Sinatra, Alfred Hitchcock e Jacqueline Kennedy, todos conservados e organizados pelo Palácio Princípesco” (Fonte: site da FAAP). Em 7 de julho, o passeio foi ao Museu da Língua Portuguesa, que se dedica à valorização e à difusão do nosso idioma (patrimônio imaterial), por meio de uma forma “expositiva diferenciada das demais instituições museológicas do país e do mundo, usando tecnologia de ponta e recursos interativos para a apresentação de seus conteúdos” (Fonte: site www.museudalinguaportuguesa.org.br).

No dia 3 de agosto, a visita foi ao Theatro Municipal de São Paulo, que teve o projeto arquitetônico elaborado por Ramos de Azevedo e pelos italianos Cláudio Rossi e Domiziano Rossi. Integrandos a cidade de São Paulo ao roteiro internacional dos grandes espetáculos, o Theatro Municipal recebeu em seu palco nomes como Maria Callas, Enrico Caruso, Arturo Toscanini, Claudio Arau, Arthur Rubinstein, Ana Pavlova, Nijinsky, Isadora Duncan, Nureyev, Margot Fonteyn, Baryshnikov, Duke Ellington e Ella Fitzgerald. Foi também cenário do movimento artístico que revolucionou a cultura brasileira: a “Semana de Arte Moderna de 22”. Durante o passeio, foi possível também conhecer o Museu do Theatro Municipal, que foi inaugurado em 1983.

Fique atento à programação e participe desta atividade de que encontra grande aceitação entre os associados!



Melbourne, Sidney, Paris, São Paulo... vida e arte!

Depois de minha viagem à Austrália, para visitar minha filha e genro que moram lá, fiquei a me perguntar por que um país tão novo, surgido no final do século XVIII, seria tão melhor que o nosso? Só posso creditar ao fato de ter sido colonizado por ingleses, com rígido respeito às leis do homem e da natureza. Por fazer parte da Comunidade Britânica, as características do povo australiano, que se julga muito mais inglês do que os próprios, são assemelhadas, na solicitude dos gestos e na simpatia. Têm, porém, um traço típico, a informalidade. Os australianos são muito informais, no trato, na forma de se vestir e preferem as atividades ao ar livre. Não é difícil ver famílias inteiras fazendo piqueniques nos belos parques que enfeitam a cidade. Além da multiplicidade desses parques e áreas verdes, as cidades, pelo menos Melbourne e Sidney que conheci, são maravilhosas. O respeito ao pedestre, o trânsito organizado, a pluralidade de culturas que circulam pelas ruas, dão uma idéia de quão atrativo, aos olhos dos jovens, é esse país, tão distante do nosso, mas que vale muito a pena conhecer.

Devo acrescentar que Melbourne foi considerada a segunda cidade em qualidade de vida do mundo, pois respeita o ecossistema e os prédios públicos são colocados à disposição da sociedade, tais como museus que contam a história do país e de seus artistas, teatros, cinemas, enfim, o que for ligado ao aperfeiçoamento cultural da população, composta de uma multiplicidade de raças, predominantemente de asiáticos, talvez pela proximidade geográfica.

A educação é uma preocupação constante e o lazer faz parte da cultura do país. Além disso, Melbourne é cortada pelo Rio Yarra, vivo, vibrante, propiciando passeios por suas margens, e tanto a população local quanto seus visitantes têm o privilégio de desfrutar da beleza singela desse curso d'água que passeia preguiçosamente pela cidade, embelezando a paisagem. Melbourne é só deslumbramento!

Depois do choque da volta, só me restou a readaptação ao trânsito caótico, à poluição, aos burburinho desta cidade cosmopolita, mas a que estou umbilicalmente ligada, pois aqui me sinto em casa, com a certeza de que esta é minha terra, aqui estão minhas raízes, meus amigos, minha família e, apesar de tudo, foi aqui que escolhi permanecer, pois São Paulo também proporciona uma rica vida cultural.

Há bons filmes em cartaz há um certo tempo, e por isso recomendo que vejamos.



Vista de Melbourne, Austrália.

O primeiro deles, francês, “Minhas Tardes com Margueritte”, estrelado por Gérard Depardieu, cuja atuação magnífica não faz sombra a esta dama octogenária do cinema francês: Gisèle Casadesus. O filme conta a história de um homem rude, praticamente analfabeto, que acaba encantado pela leitura, ao encontrar em um parque da cidade Margueritte, uma professora aposentada que o guia ao mundo maravilhoso dos livros. A partir daí e durante todo o filme, há um emaranhado de situações presentes e passadas que contam a história desse homem simples. O filme é delicado e enfoca principalmente as relações humanas, a importância delas e sem querer nada provar, nos envolve.

O segundo é o novo lançamento do diretor americano Woody Allen “Meia Noite em Paris”, que abriu o festival de Cannes de 2011. Essa deliciosa comédia, com o humor tão típico de seu diretor, é um mergulho na fantasia e na ilusão que o homem tem de achar que o presente não é tão bom quanto foi o passado. Busca inspiração em outros de seus melhores roteiros, como “A Rosa Púrpura do Cairo” e “Simplesmente Alice”, sem, por isso chegar a ficção científica, no dizer de Neusa Barbosa, em seu excelente site Cineweb. Para essa crítica de cinema, Allen escolhe o improvável Owen Wilson, mas que surpreende, justamente por ter atuado em comédias populares, muito ao gosto dos americanos, como o passageiro de uma viagem no tempo, rumo aos inquietos anos 20.

Como em todos os filmes de Allen, (Nova Iorque, em “Manhatan”, e Barcelona, em “Vicky Cristina Barcelona”), Paris é uma personagem do filme, retratada com a beleza que essa cidade merece. Na chuva, na primavera, ao entardecer, à noite, com todas as luzes que a celebrizaram, transformando-a numa das capitais mais visitadas e admiradas do mundo. O filme é divertido, bonito e vale muito mais do que o preço do ingresso.

Por fim, não posso deixar de sugerir a peça em cartaz no Teatro Cultura Artística (Itaim) “Alma Imoral”, baseada na obra homônima do Rabino Nilton Bonder e adaptada para o teatro e encenado por Clarice Niskier. Não só pela riqueza do texto, uma reflexão sobre vida, contrapondo corpo e alma, definindo conceitos pelo seu oposto, a atuação de Clarice é maravilhosa. Sua linguagem corporal, a maneira delicada como expõe as idéias contidas no livro, o humor sensacional e sua perfeita interação com a plateia, fazem dessa peça um dos melhores trabalhos que já assisti no teatro.

Está em cartaz desde 2008 em São Paulo, esteve no Rio anteriormente, e já foi vista por mais de 150.000 pessoas.

Não raro é ouvir testemunho de espectadores que já a assistiram mais de uma vez. Não perca, pois fica em cartaz somente até o final de agosto.

Por Márcia Zanotti, diretora social e cultural da Apesp.

PARTICIPAÇÃO

Gestão participativa: Apep realiza nova reunião de representantes

Com o propósito de fomentar uma gestão participativa, a Apep promoveu, no mês de junho, uma nova reunião de representantes nas Unidades da PGE. Os principais temas abordados foram:

1. Remuneração;
2. Carreira de apoio;
3. Frente Parlamentar em Defesa da Advocacia Pública e Seminário "O Presente e o Futuro da Advocacia Pública";
4. Emenda Constitucional n. 05/2011 (em tramitação na Alesp) – lista tríplice e mandato para o procurador geral do Estado;
5. Defesa das atribuições das PGEs e a questão da criação de cargos de advogados em outros órgãos;
6. Situação estrutural das Unidades;
7. Proposta de reformulação da Lei Orgânica da PGE;
8. TV Justiça: programa "Argumento – Advocacia Pública em Ação" – criação de comissões temáticas e sugestão de temas para os programas.

LEGISLAÇÃO

Apep apresenta anteprojeto inicial para reformulação da LOPGE

A presidente Márcia Semer apresentou, na sessão do Conselho realizada em 28/2007, o anteprojeto inicial da Apep para uma nova Lei Orgânica da PGE. O grupo de trabalho, constituído no âmbito da Associação, foi composto pelos seguintes colegas: Thiago Luís Sombra, diretor de assuntos parlamentares da Apep (procurador nível III); José Damião de Lima Trindade, ex-presidente e atual conselheiro assessor da Apep (procurador aposentado); Sebastião Staut, conselheiro assessor da Apep (procurador nível V); Caio Guzzardi, conselheiro fiscal da Apep (procurador nível III); Rafael Trida (procurador nível I); Ana Cristina Leite Arruda, ex-conselheira da PGE (procuradora nível III); Daniel Pagliusi, diretor de Comunicações da Apep (procurador nível III). Vale destacar que a Apep promoverá reuniões abertas sobre o anteprojeto e também colherá sugestões dos colegas, com o propósito de aprimorar a proposta. No site da Apep, estão disponíveis a íntegra do anteprojeto e a sua justificativa.

ESPAÇO DO LEITOR

O espaço do leitor é uma oportunidade para o associado enviar suas sugestões e críticas! Envie sua mensagem para o e-mail <jornaldoprocurador@apep.org.br> ou para o endereço: rua Libero Badaró, n. 377, cj. 901/906, Centro, CEP 01009-906. No campo remetente, identifique como "Seção de Cartas do Jornal do Procurador".



**Procurador:
você pode cuidar da saúde
com o melhor, pagando menos.**

Graças à parceria da APESP com a Qualicorp, você pode ter um plano de saúde, coletivo por adesão, de alto padrão de qualidade, até 30% mais barato*.

Confira o quanto vale a pena.

SulAmérica
associada ao ING

Unimed
Paulistana

OdontoPrev
Especialistas em Odontologia

Ligue **0800 777 4004**
ou faça uma simulação de valores:
www.qualicorp.com.br

